



# **SINTAB - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal**

Sede: Av.ª. Cidade de Liverpool, 16, 3º Andar 1170-097 Lisboa \* Telef.: 218 855 070 - 919197081 \* Fax: 218 855 089

E-mail: [sintab@sindical.pt](mailto:sintab@sindical.pt) <http://sindicatos.cgtp.pt/sintab/>

Delegação de Leiria – Rua de São Francisco, Bloco 1, 2º Piso, E12, Terraços do Marachão, 2400-232 Leiria.

E-mail: [uniaoleiria@usdl.pt](mailto:uniaoleiria@usdl.pt) Telef. 244825756 Telem: 913580789



## **Projecto de Lei nº 430/XV/1ª (PAN)**

### **Aprova medidas de combate à discriminação de cidadãos estrangeiros, alterando diversos diplomas**

**(Separata nº 54, DAR, de 29 de Março de 2023)**

#### **APRECIACÃO DA COMISSÃO SINDICAL DO SINTAB - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA E DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACOS DE PORTUGAL, DA EMPRESA ESIP**

A Comissão Sindical do SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal, da empresa ESIP, considera que efectivamente os cidadãos estrangeiros indocumentados, ou seja, aqueles que não possuem os documentos necessários para permanência ou residência em território nacional, se encontram numa situação de especial vulnerabilidade, vivem normalmente em condições muito precárias e são, por isso, facilmente vítimas de vários tipos de exploração, nomeadamente exploração laboral.

Sem prejuízo de considerarmos que as presentes propostas de alteração visam melhorar a situação destes cidadãos estrangeiros, consideramos que elas partem de um equívoco, sobretudo a proposta de alteração ao Código do Trabalho.

A questão é que, para poder regularizar a sua situação à luz da lei em vigor, nomeadamente da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros, na sua redacção actual, o cidadão estrangeiro tem que ter um contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho ou uma relação laboral comprovada por Sindicato, por representante de comunidades imigrantes com assento no Conselho das Migrações ou pela ACT, e tem que estar inscrito na segurança social (artigo 88º, nºs 2 e seguintes da citada Lei 23/2007). Portanto, o problema não é o cidadão estrangeiro não ter acesso ao trabalho durante o processo de regularização; o problema é não ter acesso ao trabalho para poder iniciar o processo de regularização, pois para dar início a este processo já tem que estar a trabalhar.

Neste quadro, alterar a legislação laboral para dizer que o cidadão estrangeiro pode celebrar contrato de trabalho durante a pendência do seu processo de regularização não vai contribuir de modo significativo para a resolução do problema fundamental que não se situa na pendência do processo de regularização, mas sim antes do início deste processo.

Quanto às demais alterações propostas, A Comissão Sindical do SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal, da empresa ESIP, não tem nada a obstar.

27 de Abril de 2023

